



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social**

## **DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E AVANÇO TECNOLÓGICO: CONFIGURAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL E IMPACTOS AO MUNDO DO TRABALHO**

**KAROLINE DE MORAES PEREIRA<sup>1</sup>**

**HAMIDA ASSUNÇÃO PINHEIRO<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O artigo reflete sobre a relação entre questão social e mudanças no mundo do trabalho, dado o incremento tecnológico nas forças produtivas do capital. Resulta de pesquisa bibliográfica, de abordagem crítica, ancorada no materialismo histórico-dialético. Nota-se a intensificação da extração de mais-valia, e conseqüente agravamento das expressões da questão social, sobretudo com o avanço tecnológico.

**Palavras-chave:** desenvolvimento tecnológico; questão social; trabalho.

### **ABSTRACT**

The article reflects on the relationship between social issues and changes in the world of work, given the technological increase in the productive forces of capital. It results from bibliographical research, with a critical approach, anchored in historical-dialectic materialism. We note the intensification of the extraction of surplus value, and the consequent worsening of the expressions of social issues, especially with technological advances.

**Keywords:** technological development; social issue; work.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amazonas, Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

<sup>2</sup> Universidade Federal do Amazonas

## Introdução

A racionalidade produtiva do capitalismo destrói a mediação entre o trabalhador e o produto de seu próprio trabalho. Essa perda reduz o trabalho a um exercício meramente mecânico e repetitivo. A acumulação intensiva de capital, o desenvolvimento das forças produtivas e a exploração da força de trabalho aparecem como o ápice do progresso desse sistema na medida em que ele ingressa como modo de produção dominante das relações sociais (Marx, 2013).

A maquinaria, enquanto progresso técnico científico, aparece, portanto, como a forma ininterrupta destas transformações, onde o capital se utiliza de formas cada vez mais inovadoras e sofisticadas de extração de valor (Harvey, 2018). Com isso, a divisão especializada do trabalho conformou um tipo novo de trabalho cada vez mais submetido ao saber técnico. Nessa lógica, as formas de exploração do trabalho têm graves consequências sobre as condições de vida dos trabalhadores, pois não importa o quanto as forças produtivas se desenvolvam, estes continuam sendo expropriados da riqueza que produzem.

Desta forma, o acirramento das desigualdades sociais torna-se produto imanente do desenvolvimento capitalista, impedindo que sejam garantidos direitos sociais fundamentais à sobrevivência humana. Nesse contexto, devido à forma como as inovações tecnológicas vem sendo apropriadas, acentua-se o abismo social e econômico entre as classes, e conseqüentemente, aprofundam-se as formas e expressões da questão social.

A partir dessas considerações, o objetivo deste texto é discutir a relação existente entre desenvolvimento tecnológico, as configurações da questão social e os impactos ao mundo do trabalho, postos pela sociabilidade do capital a partir do avanço de suas forças produtivas. Esta reflexão busca por meio de revisão bibliográfica traçar apontamentos indispensáveis à essa compreensão, utilizando-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica norteada por uma abordagem crítica, ancorada no materialismo histórico-dialético.

Nesse sentido, a estrutura do presente artigo subdivide-se em três seções, para além da introdução e conclusão, sendo que: a primeira seção busca elencar os principais fundamentos da categoria trabalho e sua centralidade no modo de produção capitalista; a segunda seção traz breves apontamentos sobre a configuração da questão social na sociabilidade do capital; a terceira seção versa sobre os impactos do desenvolvimento tecnológico para a classe trabalhadora. e as principais consequências ao mundo do trabalho.

## **1. A categoria trabalho: do sentido ontológico à alienação e assalariamento dos trabalhadores**

O trabalho enquanto categoria ontológica está presente na estrutura das relações sociais e atividades humano-genéricas em diferentes momentos históricos. Este tem por objetivo a satisfação das necessidades humanas e, portanto, se direciona a um fim. Trata-se, pois, de uma categoria central, a partir da qual os homens se constituem ontologicamente enquanto ser, ou seja, é a categoria fundante do ser social (Netto; Braz, 2006).

O trabalho é, por sua vez, o processo fundante das relações estabelecidas entre homem e natureza, que possibilita, por meio de sua ação, que o homem modifique, regule e controle o meio em que habita. De acordo com Antunes (2009), enquanto atividade essencialmente humana, o trabalho possibilitou com que homens e mulheres se distinguissem das demais formas de vida dos animais. Foi através do trabalho que a história humana teve um salto qualitativo no que tange às transformações societárias, perpassando desde o desenvolvimento das primeiras sociedades primitivas até a organização de sociedades mais complexas, como a sociedade capitalista.

Nesse sentido, trata-se de uma categoria que, além de contribuir na compreensão das formas de organização econômica das sociedades, faz referência também ao próprio modo de ser da vida humana (Netto; Braz, 2006). A centralidade do trabalho frente o processo de humanização do homem é indispensável na compreensão das formações sociais. Somente por meio do trabalho “o ser social cria e recria as próprias condições da sua reprodução”, ou seja, este, por meio do trabalho, empreende a construção prática de um mundo objetivo, ao mesmo tempo em que desenvolve a si mesmo enquanto indivíduo, de tal modo que produz e reproduz sua existência material, vital e espiritual, o que dá início às formas mais desenvolvidas de práxis social (Antunes, 2009, p. 136).

Essa relação metabólica entre homem e natureza faz com que o trabalho se realize no interior e por meio de uma forma social e historicamente determinada. Os indivíduos vão adquirindo e socializando conhecimentos e habilidades, e nessa interação acabam por complexificar suas necessidades, implicando no surgimento e na ampliação de novas objetivações (Netto; Braz, 2006). Assim, o trabalho está presente em todas as formas de sociabilidade e é por meio deste que se organizam as formas de produção e distribuição da riqueza social.

O trabalho é formado por três elementos indissociáveis: a força de trabalho, os objetos de trabalho e os meios de trabalho. Esses elementos estão presentes no processo de trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

independentemente do modo de organização social, e conformam o que Marx (2013) denominou de forças produtivas. Segundo Mészáros (2009), a partir da ampliação e do acúmulo de conhecimento alcançado pela humanidade, as forças produtivas sofreram diversas alterações e ganharam dimensões mais complexas. As alterações ocorridas no desenvolvimento das forças produtivas estão articuladas à formação e ao desenvolvimento de uma complexa estrutura social, a do modo de vida capitalista.

Sua base de sustentação está na exploração do trabalho assalariado e na expansão e acumulação de mais valor. Assim, é no modo de produção capitalista que o trabalho assume o caráter alienante, no qual o trabalhador é expropriado dos meios de trabalho e não se reconhece enquanto produtor de riquezas. Desse modo, as relações sociais tornam-se cada vez mais coisificadas, alcançando todas as esferas da vida, a exemplo da política, da arte, da ciência, dentre outros (Marx, 2013).

O desenvolvimento das forças produtivas, aliadas à exploração da força de trabalho, permitiram com que, em diferentes estágios de formação das sociedades, fossem configuradas formas mais sólidas de produção da vida material e das relações sociais. No capitalismo, essas forças produtivas alcançaram níveis altíssimos de transformação dado o avanço técnico-científico e o próprio desenvolvimento humano. Capturada a essência ontológica do trabalho, o trabalhador passa a exercer atividades produtivas que visam à obtenção de lucros para os donos dos meios de produção, que acabam por se apropriar do valor extraído na exploração da força de trabalho, o valor excedente a que Marx atribui o nome de mais-valia (Netto; Braz, 2006).

Resumidamente, as principais classes instituídas nesse contexto foram formadas, respectivamente, por aqueles que possuíam os meios de produção (capitalistas burgueses) e aqueles que apenas possuíam sua força de trabalho para vender (produtor direto ou trabalhador) (Netto; Braz, 2006). Neste processo, a força de trabalho e o período de tempo vendido não mais pertencem ao trabalhador, e sim ao seu comprador, podendo este usar da forma que lhe for útil. Além disso, o proprietário dos meios de produção precisa valorizar o capital que possui, investindo na compra de uma mercadoria que gere mais valor do que o seu próprio custo, ou seja, que produza mais valor que o seu próprio valor, esta mercadoria é a força de trabalho (Marx, 2013).

Cabe ressaltar que, dentro dessa relação, que toda mercadoria possui tanto valor de uso quanto valor de troca. O valor de uso está embutido à sua utilidade, ao atendimento de uma necessidade específica, que somente irá se realizar no momento em que esta mercadoria atingir a esfera do consumo. No entanto, para que o valor de uso seja efetivado, e o produto seja



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

consumido, é fundamental que antes este se realize enquanto valor de troca, ou seja, que a mercadoria seja trocada na esfera da circulação (mercado). Assim, o valor de troca de uma mercadoria está intimamente ligado ao tempo médio socialmente necessário para que esta seja produzida (Ibidem, 2013).

A mercadoria específica, força de trabalho, produz tanto valor de uso quanto valor de troca, mas ela própria, na condição de mercadoria, também possui valor de uso e valor de troca (Marx, 2013). Desse modo, o valor da mercadoria força de trabalho possui duas grandezas. A primeira é aquela indispensável para manter o trabalhador vivo, que se desenvolve numa parte específica da jornada de trabalho, denominada tempo de trabalho necessário, de onde é extraído o seu salário. A outra parte da jornada de trabalho é denominada tempo de trabalho excedente, na qual o trabalhador produz mais valor do que o próprio valor de sua reprodução, ou seja, a mais-valia (Netto; Braz, 2006).

O processo de formação de mais-valia é resultado de um excedente quantitativo de trabalho, ou seja, a valorização do capital ocorre no tempo de trabalho excedente. A força de trabalho empenhada no processo produtivo acrescenta mais valor ao objeto de trabalho por meio da adição de uma quantidade determinada de trabalho. Dessa forma, a força de trabalho, ao mesmo tempo em que transfere valor dos meios de produção para o objeto de trabalho, cria novo valor. É por meio do caráter qualitativo do trabalho que os valores incorporados nos meios de produção são transferidos para o objeto e conservados no produto de sua criação (Marx, 2013).

Marx (2013) pondera que, no modo de produção capitalista, o processo de trabalho aparece apenas como um meio para o processo de valorização, onde a reprodução engendra-se tão somente como um meio de reproduzir como capital o valor que se valoriza. O processo de reprodução simples do capital configurou-se como a repetição periódica do processo de produção e circulação de mercadorias, na qual a mais-valia gerada não era investida em meios de produção. É somente no processo de reprodução ampliada do capital, que parte da mais-valia obtida na produção será convertida em capital. É esta conversão de mais-valia acumulada no processo produtivo convertida em capital que caracteriza a sua forma ampliada.

A reprodução ampliada do capital ocorreu fundamentalmente a partir da consolidação dos processos de produção inaugurados pela Revolução Industrial. É somente quando o trabalho fica totalmente subsumido formal e realmente ao comando do capital, isto é, quando além da separação dos trabalhadores dos meios de produção e da perda de sua capacidade de controle sobre o processo de trabalho, este também tem de submeter-se a determinação e ao comando do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

incremento da maquinaria. Já não é mais o trabalhador quem dita o tempo de realização do seu trabalho, e sim as máquinas, tornando-os alheios aos produtos de sua própria criação. O trabalhador deixa de ser o possuidor do domínio das técnicas e passa a ser aquele que serve a máquina, numa inversão de papéis e de importância dentro do processo de produção de mercadorias (Netto; Braz, 2006).

O aumento da produtividade do trabalho não implicou na ampliação do número de empregos ou melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Pelo contrário, este processo gerou intensas desigualdades sociais, alargando o contingente de trabalhadores pauperizados e formando uma população trabalhadora excedente, também chamada de “exército industrial de reserva”. Marx dedicou considerável parte de sua análise teórica sobre os efeitos das contradições imanentes à lógica de acumulação capitalista, onde a existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é característica inerente à expansão da acumulação de capital, criada e reproduzida diretamente pelo próprio desenvolvimento do sistema (Ibidem, 2006).

No que tange ao desenvolvimento tecnológico, este possui um caráter histórico e social, fruto do avanço empreendido pelo conjunto das forças produtivas, em especial por meio do trabalho. A apropriação da tecnologia pelo capital sempre esteve alinhada à sua expansão produtiva, com vistas à redução dos custos da produção, da ampliação das taxas de extração de mais valia e da exploração intensificada do trabalho. Em sua essência, o objetivo determinante do processo de criação de riqueza no capitalismo é a produção de mais valia, não em sua forma absoluta, mas em sua forma relativa (Antunes, 2009).

Desse modo, a ampliação das forças produtivas no capitalismo é marcada pela alteração significativa das relações de trabalho mediadas pelo incremento técnico-científico. Assim, compreender as marcas históricas de configuração do trabalho no marco da sociabilidade burguesa nos possibilita enxergar as contradições postas por esse sistema, que ao mesmo tempo em que gera riqueza, em seu polo oposto é o responsável pela intensificação da pobreza e das desigualdades sociais que impacta a vida da classe trabalhadora.

## **2. Considerações acerca da questão social na sociabilidade do capital**

Considerando o plano histórico e conceitual do surgimento da então denominada questão social, alguns aspectos de sua gênese a caracterizam como sendo “as expressões do processo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Santos, 2012). Esta se manifesta a partir do desenvolvimento do sistema capitalista, onde, em seus diferentes estágios, foram sendo reproduzidas, conformando-se como uma sequela própria do regime do capital, conseqüentemente, sua existência torna-se indissociável a essa dinâmica (Netto, 2011).

A questão social, e sua manifestação no cotidiano da vida social, tem sua aparência na pobreza da classe trabalhadora, expressa enquanto fenômeno oriundo do próprio sistema capitalista, cuja base se dá pela exploração sem precedentes da força de trabalho. Esta se dá a partir do antagonismo entre proletariado e classe burguesa, e pelo processo de produção e reprodução das relações sociais no âmbito da sociabilidade capitalista e de sua acumulação ampliada. Compreender sua conformação, nessa via, requer relacioná-la intrinsecamente ao processo de incorporação e incremento de novas tecnologias nos processos de trabalho e produção de mercadorias (Santos, 2012).

Com o desenvolvimento das forças produtivas ocorre progressivamente a divisão social e técnica do trabalho, no intuito de responder as demandas e interesses de produção e acumulação de capital. Porém, este processo ocorre de maneira desigual na medida em que, de um lado, os capitalistas donos dos meios de produção acumulam riquezas, e em um polo oposto, os trabalhadores, produtores da riqueza social, são destituídos cada vez mais dos bens produzidos, ocasionando o pauperismo e outras desigualdades sociais (Netto, 2011).

O incremento tecnológico se dá a partir do aumento da produtividade do trabalho social e da diminuição do tempo de trabalho necessário, o que produz aumento do capital constate, e simultaneamente a diminuição do capital variável. Com isso, há a diminuição da contratação de força de trabalho vivo, e conseqüentemente, cada vez mais a incorporação tecnológica para o aumento da produtividade. Isto posto, o desenvolvimento tecnológico torna-se determinante do desemprego estrutural na sociedade capitalista a partir do momento em que há um crescimento absoluto da população trabalhadora supérflua relativa (Santos, 2012).

Acentua-se a apropriação dos meios de produção, da força de trabalho, da geração e acumulação de riquezas. Segundo Yamamoto (2009) a questão social tem seu fundamento sobre três pontos característicos da sociabilidade burguesa: na produção social cada vez mais coletiva; no trabalho socialmente ampliado, e na apropriação dos bens produzidos, monopolizada por uma pequena parcela da sociedade. Em suma, a intensificação das inovações tecnológicas, as



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mudanças organizacionais no modo de produção capitalista, o domínio das forças de mercado e a exploração da força de trabalho, condicionam as transformações nos padrões de desenvolvimento desigual e ampliando da pobreza, provocando altos índices de desigualdade social e conseqüentemente o aguçamento das diversas expressões da “questão social” (Santos, 2012).

### **3. Desenvolvimento capitalista e avanço tecnológico: impactos ao mundo do trabalho**

A história do modo de produção capitalista e de seu desenvolvimento é produto da intercorrência do desenvolvimento das forças produtivas e das alterações nas relações econômicas e sociais. A consolidação da burguesia enquanto classe dominante fora componente fundamental à manutenção das relações sociais assentadas na propriedade privada e na acumulação de capital (Netto; Braz, 2006).

O contexto histórico no qual ocorrem as chamadas Revoluções Industriais, denotou um período de intensas transformações no cenário econômico e político mundial. Experimentaram-se significativas transformações no ordenamento e na dinâmica capitalista, com incidências na estrutura social e nas relações de produção e reprodução da sociedade. O progresso do conhecimento técnico-científico e a expansão das telecomunicações foram estimulados pelas mudanças nos padrões de produção e consumo que se expandiram por diversos setores (Antunes, 2018).

A constituição de um sistema econômico mundial implicou na crescente divisão do trabalho própria do movimento do capital. Harvey (2008) argumenta que se instituiu, como parte integrante do funcionamento do sistema capitalista globalizado, uma divisão internacional do trabalho. Esta não se restringiu apenas a atividades produtivas em unidades fabris ou mesmo concentradas a uma região, e sim a uma crescente especialização e hierarquização de espaços nacionais em determinados tipos de produção, sob o comando do capital internacional. Trata-se de um desenvolvimento desigual e combinado. Desigual em função das razões histórico-sociais e políticas em que opera a dinâmica capitalista em diferentes contextos e relações. Combinado, pois, evidencia-se intensa pressão dos países mais desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos, onde nestes últimos ocorre a assimilação de componentes modernos entrelaçados a relações arcaicas (Netto, 2011).

Nesta perspectiva, um outro ponto fundamental à compreensão da lógica de desenvolvimento capitalista é o papel assumido pelo Estado. A funcionalidade do Estado, na



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

dinâmica própria do modo de produção capitalista, caracteriza-se pela ampliação e manutenção do antagonismo entre as classes fundamentais. É justamente essa dinâmica que funda o Estado moderno no período de acumulação primitiva do capital, onde este, por meio da violência e da coerção, desempenhou papel crucial no desenvolvimento e consolidação desse sistema produtivo. Enquanto um conjunto de instituições e aparelhos, este manteve certa hegemonia em relação à luta de classes, principalmente dada a incorporação de algumas demandas de classe às ações do Estado, utilizando-se de determinados aparelhos de conformação (Ibidem, 2011).

Com isso, tornou-se evidente o caráter mediador, protetor e intervencionista exercido pelo Estado no capitalismo, principalmente em relação aos interesses da classe dominante na proteção da propriedade privada. Este esteve totalmente na dianteira da intensificação da exploração da força de trabalho e na regulação de sua disponibilidade ao capital (Netto; Braz, 2006). O Estado no capitalismo monopolista atuou em função de dois importantes pontos: primeiramente, pela ampla expansão capitalista de hegemonia produtiva-comercial; e em segundo, por um período de grave recessão produtiva do capital. Harvey (2008), ao tratar desses períodos em seus estudos, desenvolveu o conceito de Regime de Acumulação, conceituando-o como um “conjunto total de relações e arranjos que contribuem na estabilização do crescimento produtivo e da distribuição agregada de renda e de consumo num período histórico e num lugar particulares” (Harvey, 2008, p.118).

O autor caracterizou a fase monopolista do capitalismo em dois Regimes de Acumulação: o Regime de Acumulação Fordista/Keynesiano e o Regime de Acumulação Flexível (Toyotismo). No contexto de acumulação Fordista/Keynesiano, o modelo de Estado a serviço dos monopólios legitimou-se por meio do “reconhecimento” dos direitos sociais, atrelados aos direitos civis e políticos, que constituíram a cidadania moderna (Ibidem, 2008). Engendrando-se, assim, um Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) e as primeiras formulações de políticas sociais (Netto, 2011).

É precisamente nesse cenário que a economia imperialista registrou importantes transformações na organização da produção e do trabalho industrial. Para Netto e Braz (2006), nesta etapa do capitalismo, o progresso técnico-científico foi o responsável por redimensionar os processos de organização do trabalho, corporificando a ele inovações tecnológicas na base técnica da produção, a partir da automação eletromecânica das fábricas, aprofundando a subsunção real do trabalho ao capital. Para Antunes (2010) o binômio fordista-taylorista, e seu

processo altamente mecanizado e compartimentado, desenvolveu uma produção em massa aliada a práticas de controle e gerenciamento do trabalho.

No entanto, como parte da dinâmica própria desse modo de produção, ocorre uma crise de superprodução. Esse processo se deu por meio de três traços importantes: primeiro, o aumento de crédito e, conseqüentemente, endividamento dos consumidores, dado o forte incentivo do capital financeiro no enfrentamento a tendência de subconsumo; segundo, provocou elevada taxa de inflação a partir do aumento do capital fictício e emissão de papel-moeda para além do lastro de ouro disponível, ocasionando a elevação do preço das mercadorias e penalizando os trabalhadores assalariados em geral. Por fim, o terceiro traço diz respeito ao crescimento de um novo setor produtivo, o setor terciário, ou setor de serviços, que modificou profundamente a dinâmica de organização do trabalho e de produção de valores no capitalismo (Behring; Boschetti, 2011).

Em resposta à essa crise, o capital implementa um processo de reordenamento produtivo em escala global, sintetizado pela tríade reestruturação produtiva/financeirização<sup>3</sup>/neoliberalismo<sup>4</sup>. O primeiro passo ocorreu com o ataque aos movimentos e organização sindical dos trabalhadores e pela culpabilização do Estado no aumento dos gastos públicos ao destinar recursos às políticas sociais, implementando para isso contrarreformas em diversos setores. Seguiram-se a isso as alterações nos circuitos produtivos e o esgotamento do padrão dominante, com a substituição da rigidez fordista pela acumulação flexível, bem como pelo fortalecimento do capital financeiro a partir da especulação rentista. Entrelaçado a essas duas tendências, está o neoliberalismo como um sistema normativo de cunho político, ideológico e econômico, que estendeu a lógica do capital às relações sociais e subjetivas em todas as esferas da vida (Dardot; Laval, 2016).

A esse movimento de expressivas mudanças no sistema econômico capitalista, que envolveu grandes transformações tecnológicas e novos modelos de produção e gestão do trabalho a partir dos anos de 1970, Harvey (2008) denominou de “acumulação flexível do capital”. Essa fase se desenvolveu por meio da flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados e

---

<sup>3</sup>A financeirização do capital é representada por uma mudança no sistema econômico mundial, onde o setor financeiro assume um papel dominante, influenciando não apenas a economia, mas também a política e a sociedade como um todo. O objetivo principal do mercado financeiro é a geração de lucros por meio de transações como investimentos, empréstimos e especulação financeira. Dessa forma, cria uma série de conseqüências negativas, que incluem a instabilidade econômica, a desigualdade social e a precarização das condições de trabalho.

<sup>4</sup>O neoliberalismo, antes de ser considerado uma ideologia ou uma política econômica, é fundamentalmente uma racionalidade. Esta racionalidade é considerada a nova razão do capitalismo contemporâneo, que pode ser definida como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

dos padrões de consumo, caracterizando-se pela emergência de novos setores produtivos e mecanismos de fornecimento de serviços financeiros, tecnológicos e organizacionais. Contudo, esse movimento também impulsionou níveis de desenvolvimento desiguais, tanto entre regiões geográficas quanto entre setores de produção, ampliando o mercado de trabalho pelo incremento de redes de subcontratação e de deslocamento de força de trabalho, principalmente para o chamado “setor de serviços”.

Antunes (2009) salienta que nesse cenário diversas mudanças ocorreram no interior do mundo do trabalho, sendo que as mais expressivas foram a diminuição do operariado fabril, a expansão do trabalho assalariado, a subproletarização, o aumento do desemprego e do subemprego, a ampliação das condições de trabalho precário, parcial, temporário e terceirizado. Para o autor, a acumulação flexível, na medida em que condensa uma forma própria do capitalismo, mantém suas características fundamentais enquanto modo de produção. Essa está e sempre esteve voltada ao crescimento e acumulação de valores, apoiando-se na exploração do trabalho vivo dentro do universo produtivo.

Como consequência dessa processualidade, esse modelo de produção impôs à classe trabalhadora novas formas de exploração da força de trabalho e de extração de valor, com repercussões significativas ao mundo do trabalho. Estas foram evidenciadas principalmente pelos altos níveis de desemprego estrutural, pela diminuição dos postos de trabalho, pela intensificação dos processos de automatização, flexibilização, terceirização e subcontratação da força de trabalho, dotando o capital de mecanismos de adequação das forças produtivas ao seu comando, e potencializando sua expansão em escala global (Antunes, 2010).

O autor aponta a ocorrência de um movimento pendular na caracterização da classe trabalhadora, uma polissemia que altera sua forma de ser. A nova morfologia da classe trabalhadora incorpora além do operariado industrial e rural clássicos, os novos assalariados do setor de serviços, ou seja, novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários, informais e até mesmo os desempregados. Nesse sentido, a noção de classe trabalhadora inclui todos aqueles e aquelas que, direta ou indiretamente, participam do processo produtivo e vendem sua força de trabalho em troca de salário (Ibidem, 2010).

A classe-que-vive-do-trabalho, inclui a totalidade dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho, não se restringindo apenas ao trabalhador manual direto, e sim incorporando a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Não se trata apenas do trabalhador produtivo direto, aquele que produz diretamente a mais-valia e tem participação imprescindível no processo de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

valorização do capital, que tem como núcleo principal o proletariado industrial. Esta abrange também os chamados trabalhadores improdutivos, ou seja, “aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia” (Antunes, 2009, p. 102).

A instabilidade e a insegurança apresentam-se como traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho. Isso porque ao mesmo tempo em que foram ampliadas as formas de inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho, especialmente por meio do setor de serviços, houve, paralelamente, uma significativa retração do operariado industrial e dos postos de trabalho, dado a orientação flexibilizadora imposta por essa nova lógica. No interior da classe trabalhadora há uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que ora impulsiona para uma qualificação da força de trabalho, ora empurra para sua desqualificação (Antunes, 2010).

Na contemporaneidade, presenciam-se diversas transformações na estruturação e no gerenciamento da força de trabalho. A lógica neoliberal dominante e a reestruturação produtiva do capital, evidenciados a partir do modelo de acumulação flexível, têm acarretado elevados índices de desemprego estrutural, levado a cabo pelo fenômeno da precarização do trabalho em escala globalizada. Em relação ao mundo do trabalho, verifica-se a presença de um quadro tendencial em que seus traços básicos configuram uma conjuntura caótica em diversas partes do mundo, principalmente em países de capitalismo dependente (Antunes, 2010).

Nessa conjuntura, evidenciam-se processos em que velhas e novas formas de trabalho coexistem, de forma combinada e desigual, onde, ao mesmo tempo, se redefinem e se metamorfoseiam. Trata-se da precarização do trabalho como elemento central da nova dinâmica de desenvolvimento capitalista, que desencadeia um processo social de modificação das condições do assalariamento “estável”, substituindo-o por formas de trabalho subcontratado, desprotegido e precarizado. A perda do emprego, ou a perda da condição de uma inserção estável no emprego, gera inúmeras questões de insegurança e incertezas, nos planos objetivo e subjetivo, tornando os trabalhadores/as cada vez mais vulneráveis e reféns da lógica do capital (Druck; Franco, 2011).

No advento recente da Indústria 4.0, há uma profunda alteração nas formas de produção e reprodução das relações sociais e de trabalho. No século XXI, o desenvolvimento cada vez mais acelerado do uso de tecnologias informacionais impactam sobremaneira as formas de inserção do trabalho no sistema de produção capitalista. O avanço tecnológico impulsionado pelo uso da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Internet, das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), dos algoritmos e inteligência artificial vêm modificando as fronteiras entre a vida privada e trabalho, imbricando-os e correlacionando-os como processos inseparáveis. Dentre as principais características da realização do trabalho nesse contexto estão a ausência ou fragilização de vínculos empregatícios, a flexibilidade do tempo e espaço de trabalho, a redução da capacidade protetiva do trabalho, bem como a falta de autonomia e controle sobre o próprio processo de trabalho (Grohmann, 2020).

### **Considerações finais**

Esta reflexão buscou evidenciar alguns dos fundamentos da relação entre desenvolvimento tecnológico, questão social e mundo do trabalho no modo de produção capitalista, considerando os efeitos das transformações tecnológicas e seus rebatimentos sobre a classe trabalhadora. No marco da sociabilidade burguesa, esse processo conforma a expansão do capital e a subordinação do trabalho ao progresso técnico-científico, intensificando as formas de exploração da força de trabalho e aumentando as desigualdades sociais imanentes a essa lógica produtiva.

O emprego e apropriação dessas tecnologias, sob a forma fetichizada do capital, expressa um aumento significativo na produtividade do trabalho, subordinando e dispensando cada vez mais a força de trabalho vivo em detrimento do trabalho morto, aqui expresso pelo incremento tecnológico. Com o progresso técnico-científico impulsionado pelas revoluções industriais, a subsunção real e formal do trabalho se torna uma força irreversível nesta sociabilidade, alterando profundamente a morfologia do trabalho e suas formas de realização.

A relação entre avanço técnico-científico e questão social é expressa pela apropriação e privilégio dos interesses capitalistas sobre o gerenciamento tecnológico, tornando a classe trabalhadora mais pobre à medida em que este utiliza desses recursos para sua exploração desenfreada. Nessa via, o problema não é o desenvolvimento tecnológico em si, mas sua privatização e apropriação ao bel prazer dos donos dos meios de produção.

O problema reside na forma como vem sendo utilizada todo esse progresso tecnológico, visto que as consequências mais duras dessa apropriação recai sobre a classe trabalhadora, pois no polo oposto, de benefícios e ganhos, sobressaem os interesses privados de uma pequena minoria detentora da riqueza socialmente produzida. Dessa forma, institui-se um falso discurso de democratização do acesso a bens de consumo, serviços, propriedade e trabalho, quando na



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

verdade o que impera é um antagonismo estrutural, de legitimação dos interesses do capital em sobreposição aos interesses da classe trabalhadora.

Evidencia-se, nesse quadro, a intensificação das desigualdades sociais, oriundas dos processos de extração de mais-valia por meio da exploração da força de trabalho. O fenômeno da precarização, terceirização e subcontratação da força de trabalho apresenta-se como mecanismo essencial ao desenvolvimento desse sistema, indiscutivelmente a partir do avanço tecnológico e sua incorporação aos processos de trabalho. Nos marcos do sistema capitalista, a classe trabalhadora produz coletivamente os bens sociais necessários a satisfação de suas necessidades. Todavia, a forma de apropriação da riqueza material e cultural construída nesta sociabilidade torna-se cada vez mais desigual, aumentando as diversas expressões da questão social postas por essa forma de produção da vida material.

## Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BEHRING, Elaine, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: Fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. Trabalho e precarização social. Salvador: **Caderno CRH**, v. 24, p. 09-13, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZgVzjpGtvXMJdbBWms4JhvD/>.
- GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo Editorial, 2020.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, Classes Trabalhadoras e Política Social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al. **Política Social no Capitalismo**: Tendências Contemporâneas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.